

De que falamos, quando falamos de Cultura?

Ana Gabriela Macedo*



Começo por uma afirmação provavelmente controversa: a cultura é um estado dinâmico, uma recusa do quietismo e do conformismo. Contrariamente ao que seria talvez de esperar, a cultura deve portanto inquietar, desassossegar permanentemente. Por isso é tão mal amada pelo poder, pelos poderes. Sempre o foi, desde a Antiguidade clássica aos nossos dias. Quem são os primeiros a ser expulsos da “cidade” quando os tempos são de convulsão? Os visionários, os poetas, ou os poetas-videntes, na acepção de Rimbaud. Onde se fazem os primeiros cortes quando os tempos são de crise económica? Na cultura, nas Humanidades. Mas, por outro lado, não há retórica política que não recorra à mais fortuita metáfora poética ou ao mais rasgado elogio ao saber e à cultura, como flor que casualmente se põe na lapela. E que logo murcha para se tornar rapidamente descartável.

* Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho. Professora catedrática do ILCH – Universidade do Minho.

De que falamos, quando falamos de Cultura? Recorro a um grande pensador, e a um texto literário “maldito”, nesta minha brevíssima indagação. Edward Saïd, que para além de fervoroso defensor da causa Palestina foi também um brilhante professor de literatura, escreveu num importante ensaio de 1982¹ que o papel da cultura, como modo de visão e de interpretação do mundo, se define pela rejeição da “norma do silêncio” e da presumida autonomia dos campos do saber como entidades ou categorias “puras”. Isto é, defende Saïd, que em lugar de um abstracto conceito de especialização disciplinar, deve haver interferência e contaminação, as quais se traduzem num desafiante pular de fronteiras e obstáculos em busca de um olhar generalista e de uma cultura de responsabilidade social². A cultura será assim um “modo vigilante” de interpretação do mundo, um gesto interpretativo que semeia a inquietação e o desassossego, já que está profundamente ancorado no valor social da responsabilidade. Sem esse gesto vigilante, afirma ainda o autor, sem essa inquietação que se sabe desestabilizadora, qualquer lição de sabedoria não passa de simples retórica que rapidamente se dilui no ruído do mundo, para se transformar no murmúrio complacente e quase inaudível de “mera prosa”, dito culto ou *blague* cultural.

Palavras sábias de alguém que foi, como atrás se disse, para além de homem da cultura e da política, um brilhante professor de literatura. E é assim a um texto literário, que justamente pulou fronteiras e desafiou o seu tempo, a cultura de um país adormecido e fez tremer as instituições, que recorro por fim. Foi em 1972, vésperas já do fim do regime, mas por isso mesmo talvez, tempos de maior crueza e cinismo, que as *Novas Cartas Portuguesas*³ de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, saíram a público, para de imediato serem apreendidas pela polícia política, sob a capa de polícia de costumes e uma caricata acusação de “atentado à moral pública e pornografia”. Texto “excessivo”, porque eminentemente transgressivo, palavras que “rompem e extravasam” – como Maria de Lurdes Pintasilgo escreveu no belíssimo Pré-Prefácio à sua 3.^a edição (1980) – é um livro que, ao dizer a história das mulheres (a paixão, o sofrimento, a dor da ausência, a morte, as perdas irreparáveis, o silêncio e a clausura), soube dizer a História do seu país: a guerra colonial, a emigração, o analfabetismo, a repressão, a censura, a exploração de que as mulheres são sempre, enquanto cidadãs, duplamente vítimas. Livro

que, tal como Pintasilgo afirma, usa o corpo da mulher como metáfora privilegiada da repressão e da censura: “a alienação do corpo é a zona utilizada preferencialmente, embora não exclusivamente pelas autoras para dizer, a um tempo, a opressão e a revolta, a sujeição e a autonomia das mulheres” (1980:9). Foi assim considerado crime que três mulheres ousassem o gesto subversivo de publicar o impúblicável, de quebrar a regra de ouro do silêncio, dizendo o não-dito e o interdito, interferindo assim na *polis* como cidadãs de direito. O processo decorreu “à porta fechada”, numa degradante tentativa de isolamento e segregação, na intenção frustrada de camuflar os verdadeiros e não menos escaldantes motivos da censura.

Termino assim esta breve reflexão com o eco das suas vozes, presentes de novo hoje e inquietantes ainda:

Irmãs: Uma de nós perguntou: ‘Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?’ (...) Que tempo? O nosso tempo. E que arma, que arma utilizamos ou desprezamos nós? Em que refúgio nos abrigamos ou que luta é a nossa enquanto apenas no domínio das palavras? (NCP, p.254).

Notas

¹ “Opponents, Audiences, Constituencies and Community”, *Critical Inquiry* vol. 9 n.º 1, “The Politics of Interpretation”, Sept. 1982, pp-1-26.

² “Instead of non-interference and specialization, there must be interference, crossing of borders and obstacles, a determined attempt to generalize exactly at those points where generalizations seem impossible to make” (Saïd, op cit, p.24).

³ As referências às *Novas Cartas Portuguesas* (1.ª ed. Estúdios Cor, 1972) são neste texto extraídas da edição de 1980, com prefácio de Maria de Lurdes Pintasilgo (Moraes Ed.). Para um estudo compreensivo da obra veja-se a sua mais recente edição, rigorosamente anotada e organizada por Ana Luísa Amaral (Lisboa: Dom Quixote, 2010).